vinetur

# Investigadores afirmam que uma reforma dos impostos sobre a cerveja na África do Sul poderia evitar 1 900 mortes por ano

Os investigadores consideram demasiado amplos os escalões propostos pelo Tesouro para incentivar a redução do teor alcoólico e combater o consumo nocivo

quinta-feira, 19 de novembro de 2026



O consumo de álcool está associado a 3,7% de todas as mortes na África do Sul, segundo investigadores do South African Medical Research Council e da Universidade da Cidade do Cabo. Na quarta-feira, 18 de novembro, afirmaram que o sistema fiscal aplicado à cerveja no país deveria ser reformulado para contribuir mais para a redução do consumo nocivo.

Os investigadores apresentaram dados do estudo Global Burden of Disease de 2023 e de um estudo de modelização distinto durante uma mesa-redonda com os meios de comunicação social sobre política do álcool. Segundo afirmaram, o álcool foi responsável por cerca de um milhão de anos de vida ajustados à incapacidade (DALY, na sigla inglesa) na África do Sul, o equivalente a 3,3% da carga total de doença do país.

O Dr. Annibale Cois, cientista especialista sénior na unidade de investigação sobre carga de doença do Medical Research Council e docente sénior honorário na Universidade da Cidade do Cabo, afirmou que os efeitos do álcool na saúde são

frequentemente abordados de forma demasiado restrita no debate público.

O investigador afirmou que o álcool está associado a uma vasta gama de problemas de saúde, incluindo doenças cardiovasculares, perturbações neuropsiquiátricas, cancro e outras doenças crónicas, e que os danos vão muito além da associação comum entre o consumo de álcool e as lesões hepáticas.

A discussão surge enquanto o Tesouro Nacional da África do Sul prossegue a revisão dos impostos especiais de consumo sobre o álcool. Os investigadores afirmaram que a estrutura da proposta atual, sobretudo no que diz respeito à cerveja, poderá ser demasiado ampla para incentivar os fabricantes a reduzir o teor alcoólico dos produtos mais consumidos.

Um estudo intitulado Lives Saved and Disease Burden Averted Through Reduced Alcohol Consumption in South Africa, elaborado pela Research Unit on the Economics of Excisable Products, da Universidade da Cidade do Cabo, e pelo Medical Research Council, analisou de que forma diferentes estruturas de tributação da cerveja poderiam alterar os padrões de consumo e os resultados em matéria de saúde pública.

No cenário mais ambicioso modelizado pelos investigadores, o consumo de cerveja diminuiria 15,7% e o consumo total de álcool absoluto, 8,5%. Estimaram que essa alteração poderia evitar cerca de 1 900 mortes por ano e acrescentar mais de 91 000 anos de vida saudável anualmente.

A cerveja está no centro do debate por representar cerca de 54% do álcool absoluto consumido na África do Sul. Por isso, qualquer alteração da tributação da cerveja é especialmente importante tanto para a política de saúde pública como para a indústria das bebidas, uma vez que um modelo fiscal diferente poderá, a prazo, afetar os preços, a formulação dos produtos e a concorrência entre produtores.

A Dra. Nicole Vellios, diretora de investigação da unidade de economia, afirmou que os impostos especiais de consumo sobre o álcool devem ser encarados sobretudo como um instrumento de saúde pública, e não principalmente como uma fonte de receitas.

A investigadora afirmou que são necessários aumentos regulares, uma vez que o álcool pode tornar-se mais acessível ao longo do tempo se as alterações fiscais apenas acompanharem a inflação, enquanto os rendimentos das famílias aumentam. Nesse caso, acrescentou, o consumo poderá não diminuir, mesmo que os impostos subam em termos nominais.

Os investigadores contestaram também os escalões propostos pelo Tesouro para a tributação da cerveja. Segundo a proposta, a cerveja seria tributada com base em dois limiares: 2,5% e 9% de álcool por volume. Vellios afirmou que, com esta abordagem, a maioria da cerveja vendida na África do Sul, cujo teor alcoólico se situa normalmente entre 4% e 6%, ficaria no mesmo escalão.

Segundo os investigadores, isso dá aos produtores poucos motivos para reduzirem moderadamente o teor alcoólico, uma vez que um produto típico teria de ficar abaixo de 2,5% para beneficiar da taxa inferior. Vellios afirmou que se trata de uma redução significativa face aos valores atuais da maioria dos produtos, entre cerca de 4,5% e 5,5%.

O modelo alternativo proposto pelos investigadores introduziria limiares mais estreitos, nos 2,5%, 3,5% e 4,5%. Defendem que estes escalões criariam um incentivo maior para os produtores desenvolverem cervejas com menor teor alcoólico, mas ainda próximas das preferências dos consumidores habituais.

O debate vai além da política fiscal. Se a África do Sul adotasse limiares mais estreitos, os produtores de cerveja poderiam ser pressionados a reformular marcas existentes ou a alargar a oferta de produtos com baixo teor alcoólico, enquanto os retalhistas e os consumidores poderiam deparar-se com diferenças de preço mais acentuadas entre cervejas mais e menos alcoólicas. A alteração ainda não foi aprovada e o processo de consulta do Tesouro continua em curso.

Os investigadores analisaram também o papel do álcool na violência. No cenário mais ambicioso do seu modelo, estimaram que poderiam ser evitadas cerca de 66 mortes por ano associadas à violência interpessoal, bem como mais de 4 044 DALY relacionados com a violência.

Afirmaram que os resultados não significam que uma reforma fiscal, por si só, consiga travar a violência baseada no género ou outras formas de violência interpessoal. No entanto, defenderam que a redução do consumo nocivo de álcool poderia contribuir de forma significativa para esforços mais amplos de prevenção da violência.

Nomcebo Dlamini, diretora de campanha da SAAPA SA, afirmou que os efeitos do consumo nocivo de álcool são muitas vezes suportados por outras pessoas que não quem bebe, sobretudo mulheres, crianças e outros familiares vulneráveis. Segundo disse, o debate público centra-se frequentemente apenas na pessoa que consome álcool e ignora os danos mais vastos no seio das famílias e das comunidades.

O professor Richard Matzopoulos, diretor da unidade de investigação sobre carga de doença do Medical Research Council e professor honorário na Universidade da Cidade do Cabo, afirmou que o custo económico dos danos causados pelo álcool é frequentemente subestimado quando a atenção se concentra nos empregos, nas vendas e nas receitas fiscais da indústria do álcool.

Afirmou que as maiores perdas decorrem das mortes prematuras e dos anos de vida saudável perdidos, e não apenas das despesas diretas do Governo ou da economia formal. Acrescentou ainda que os esforços para reduzir o consumo de álcool à escala da população enfrentam frequentemente resistência por poderem ameaçar os lucros da indústria.

No seu Budget Review de 2026, o Tesouro Nacional da África do Sul afirmou que as consultas sobre a tributação do álcool continuariam ao longo do ano. Continua, assim, em aberto se o Governo manterá os escalões mais amplos para a cerveja na proposta atual ou se ponderará um sistema mais estreito, defendido pelos investigadores.